



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 4 - 2009/2013

Data da Sessão : 22 de Fevereiro de 2010

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

Preciosa da Silva Marques, Manuel Luís M. Cristovão, Manuel Marques Dias, João de Matos Filipe, Vasco Rodrigo Silva Marques, Ana Maria F. de Matos, Pedro Manuel Marques Jana, César Manuel Guerra Sequeira Estrela, Manuel Augusto da Silva Vacas, Manuel de Jesus Serras, João Matias Rito, Vitor Manuel Gonçalves, Ana Rita Marques Pereira, Maria Manuela M. Mata Marques, Abílio Farinha Tavares, Fernanda Maria Pedro Lourenço , Joaquim Rita António, Paulo Alexandre Tavares da Silva, Nuno Gonçalo da Silva Bragança, João Luís Matos Pereira, Jaime Filipe Nunes Conde, João Manuel Rosa Ferreira, Valter Filipe Serras Marques

Faltas Justificadas: Duarte Baptista de Matos Marques, Hélder Jacinto de Oliveira

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe Soares

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta n.º 4 - 2009/2013
22 de Fevereiro de 2010

-----INICIO-----

--- Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Concelho de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**
- 2 Discussão e votação do projecto de Regulamento de Urbanização e de Edificação do Município de Mação**
- 3 Discussão e votação da proposta de alteração aos Estatutos da A-Logos**
- 4 Discussão e votação de Contracção de Empréstimo, a longo prazo, até ao valor de 2.500.000€, destinado a financiamento de obras no âmbito do QREN e de obras na Rede Viária Municipal**
- 5 Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios**
- 6 Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Baptista de Matos Marques e Hélder Jacinto de Oliveira que justificaram a sua falta em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais Vasco Rodrigo Silva Marques e Manuel Luís Matos Cristóvão.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- A Srª. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos lendo, aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---A Srª Presidente da Mesa informou os presentes do falecimento do Sr. Dr. Viegas Tavares, que foi membro da Assembleia Municipal durante vários anos e Presidente da mesma durante um mandato. Seguidamente propôs que ficasse lavrado em acta um voto de pesar pelo seu falecimento.

A proposta foi admitida por unanimidade e também aprovada por unanimidade.

--- Em seguida, colocou à discussão a acta nº 3 – 2009/2013, referente à sessão ordinária de 29 de Dezembro de 2009 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três abstenções e um voto contra.

--- O vogal João de Matos Filipe apresentou a seguinte intervenção:

“Consciente de que a escassez de água e a falta de conservação do rio Tejo, que banha as aldeias e vilas ribeirinhas portuguesas, factos que se constata nas descidas abruptas do nível da água, no acrescido assoreamento do leito do rio, na deterioração acentuada da qualidade da água, nos estragos causados em infra-estruturas fluviais que ficam a descoberto, na ausência de condições para a prática da pesca profissional e de lazer e de desportos náuticos, na inutilização de captações de água e nas preocupantes alterações do ecossistema face ao aumento da temperatura que resulta dos baixos caudais, como seja, a recente invasão de vegetação que vem eliminando a fauna com efeitos nefastos na pesca e na reprodução das próprias espécies piscícolas, na gastronomia e na economia local, o “Movimento Pelo Tejo”, designado abreviadamente como ProTEJO, nasceu tendo como objectivo o desenvolvimento de acções de mobilização de cidadãos na defesa e promoção da bacia hidrográfica do Tejo, nas vertentes ambiental, científica, cultural, social e patrimonial.

Este panorama do Rio Tejo com pouca água e essa mesma sem qualidade, tende a agravar-se porque o projecto de Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, em Espanha, não fixa caudais ecológicos na secção de Talavera de la Reina, pois a sua fixação implicaria o fim dos transvases do Alto Tejo a outras bacias e deixa, ainda, a porta aberta para um novo transvase de águas do Tejo Médio (rio Tiétar), já solicitado pelo presidente da Região de Múrcia e os regantes da bacia do Segura. Isto implicará uma redução do caudal do Tiétar e a conseqüente e importante redução do caudal do rio Tejo em Portugal. Solidários no entendimento de que as populações ribeirinhas do rio Tejo de ambos os países (Portugal e Espanha) enfrentam problemas e preocupações comuns e de que a criação de redes de informação é o caminho para a construção da colaboração mútua entre si, com vista a defender o rio Tejo e seus afluentes, no âmbito do ProTEJO - Movimento Pelo Tejo, os representantes, das associações ambientalistas, desportivas, piscatórios, culturais, agro-pecuária, patronais, sindicais, comerciais, agricultores, políticos, autarquias, outras instituições e diversos cidadãos, acordaram nos seguintes nove pontos reivindicativos fundamentais e comuns:

1º - Defender a necessidade de uma gestão sustentável da bacia hidrográfica do Tejo;

- 2º - Requerer, junto da Comissão Europeia, o cumprimento da Directiva Quadro da Água;
- 3º - Exigir o estabelecimento e quantificação de caudais mínimos ecológicos diários, semanais e mensais, reflectidos nos Planos da Bacia Hidrológica do Tejo, em Espanha e em Portugal;
- 4º - Defender a monitorização do cumprimento permanente dos caudais ambientais;
- 5º - Recusar os transvases do Tejo e apoiar a investigação de alternativas sustentáveis, baseadas no uso eficiente da água;
- 6º - Exigir a concepção de um projecto com vista ao desassoreamento do rio Tejo e à sua navegabilidade;
- 7º - Exigir a qualidade e quantidade de água do rio Tejo e dos seus afluentes, no sentido de garantir os diversos usos;
- 8º - Realizar acções para ajudar a restaurar o sistema fluvial natural e o seu ambiente;
- 9º - Valorizar e promover a identidade cultural e social das populações ribeirinhas do Tejo.

Assim e a exemplo do que já se verifica com todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com os Municípios da Chamusca, Golegã e Santarém, com várias Juntas de Freguesia e diversas associações ambientalistas, de cultura e de desporto, porque o Rio Tejo é importante e insubstituível recurso económico e factor sócio-cultural marcante para uma boa parte da população do nosso concelho, sugerimos à Câmara Municipal que, com base no previsto na alínea j), do nº2, do artº 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponha à Assembleia Municipal a adesão da Câmara Municipal de Mação ao ProTEJO – Movimento pelo Tejo, a fim de que este Órgão se pronuncie, conforme estabelece a alínea m), do nº2, do Artº 53º, do já referido diploma legal.”

--- O vogal Abílio Farinha Tavares intervém para questionar a Mesa sobre o direito de resposta dos membros desta Assembleia pois não conseguiu encontrar nada sobre este assunto no Regimento da Assembleia. Considera que deve ser dada oportunidade aos membros de responderem a outro membro, mesmo sem ser somente em defesa da honra mas que seja dada a oportunidade de resposta para dar um esclarecimento sobre o assunto em discussão. Considera que existe uma falha no Regimento no que concerne a esta matéria, bem como ao facto de não estar prevista uma segunda ronda de inscrições para intervenção na discussão de um mesmo assunto.

--- A Sr^a Presidente da Mesa intervém para referir que o Regimento desta Assembleia, em vigor no mandato anterior foi disponibilizado a todos os membros para que o mesmo fosse devidamente estudado e fossem propostas alterações que julgassem convenientes. Mais refere que o referido Regimento foi apresentado em sessão anterior desta Assembleia sem que alguma alteração fosse proposta e tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Assim, considera que teria sido essa a altura ideal para o vogal Abílio Farinha Tavares ou outro membro desta Assembleia ter apresentado as alterações que considerasse oportunas, nomeadamente aquelas que acabou de referir, o que não se verificou.

Mais refere que a sua postura é, e sempre será, de abertura para que todos possam expressar as suas opiniões sobre os assuntos em discussão mas não permitirá diálogos e discussões entre os membros que ultrapassem o âmbito do assunto em apreciação.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares refere que está de acordo com a postura referida pela Sr^a Presidente da Mesa mas considera que, para haver debate, deverá ser permitido a um membro desta Assembleia, uma nova intervenção, para poder contestar algo com que não concorde, que tenha sido referido por um outro membro e a Mesa deverá gerir essas intervenções de forma que fiquem devidamente esclarecidos os pontos de vista dos membros intervenientes na discussão de cada assunto.

---A Sr.^a Presidente da Mesa refere que esse é o seu objectivo, que tem vindo a cumprir e que continuará a implementar e defender, considerando, no entanto que, quando as opiniões são definitivamente contrárias, não se deve insistir numa discussão que, certamente, nada trará de positivo aos trabalhos desta Assembleia.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares continua a sua intervenção referindo que considera muito importante a publicidade dos actos públicos e por isso questiona a Mesa sobre se tem conhecimento da legislação que obriga à divulgação dos documentos do Orçamento e da sua execução, dos Regulamentos, das Tabelas de Taxas, bem como informação sobre dívidas e empréstimos contraídos pela Autarquia, que deverá ser feita num local visível quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, quer no site do Município, o que não se verifica. Assim, deixa a recomendação à Mesa da Assembleia para que a mesma contacte a Câmara no sentido de que seja cumprida a legislação nesta matéria.

--- O vogal Manuel Luís Cristóvão inicia a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Continua, alertando a Câmara para o mau estado de conservação em que se encontram os arruamentos de S. José das Matas e a estrada de ligação a Envendos

pela povoação de Avestada. Solicita que as mesmas sejam reparadas logo que possível pois encontram-se naquele estado já há bastante tempo.

--- O vogal César Estrela inicia a sua intervenção informando sobre um declive no alcatrão da estrada de Ortiga para Mação, na entrada da Vila, junto à entrada para o Ecomarché que, quando chove forma uma grande poça de água naquele local, provocando perigo para os veículos que ali circulam. Sugere que a Câmara faça uma intervenção naquele local de forma a minimizar o perigo para quem circula naquela via. Continua a sua intervenção solicitando informação sobre o Gabinete de Gestão e Qualidade Alimentar da Câmara e qual o trabalho que está a ser realizado pelo mesmo.

--- O vogal Manuel de Jesus Serras intervém para referir que, a estrada que vai da Serra para a estrada de Aboboreira para Penhascoso tem o piso em bom estado mas as valetas não foram feitas nas melhores condições e a água da chuva corre pelo alcatrão, o que danifica o pavimento e provoca perigo a quem nela circula.

--- A vogal Ana Maria Matos intervém para solicitar informação sobre se já foi feita alguma intervenção das Águas do Centro no concelho de Mação e quando é que vai ser executado o plano de investimentos. Solicitou ainda informação à Câmara sobre se, considerando que ainda se verificam problemas com a água em muitos locais do Concelho, será oportuno, nesta fase, proceder ao aumento do custo da água aos consumidores.

--- O vogal João Matias Rito intervém para referir que considera muito pertinente a intervenção do vogal João Filipe, em aditamento ao que foi referido pelo mesmo, relativamente ao problema do rio Tejo, informa sobre INAG que estabelece a obrigatoriedade do caudal do rio não poder ser inferior a um determinado valor. Considera que o que se está a passar com o rio Tejo é um abuso pois não está a ser cumprida por parte de Espanha a postura da União Europeia, Rede Natura 2000, e sendo a Espanha um país da Comunidade Europeia está abrangido pela mesma e devia respeitá-la. Refere ainda que tudo deve ser feito para alertar para este problema pois há muitas espécies piscícolas que estão a ser severamente afectadas.

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que, relativamente à proposta apresentada pelo vogal João Filipe para adesão ao Protejo – Movimento pelo Tejo, a considera oportuna e a subscreve completamente e que a Câmara teve conhecimento deste movimento há alguns meses, já se encontrando há algum tempo a preparar a adesão do Município ao mesmo.

Relativamente ao problema dos arruamentos de S. José das Matas e da estrada de ligação a Envendos, referido pelo vogal Manuel Luís Cristóvão, informa que a Câmara tem consciência do estado em que os mesmos se encontram e procederá à sua reparação logo que possível pois, infelizmente, existem no Concelho muitos problemas semelhantes.

Em relação ao problema das valetas apresentado pelo vogal Manuel de Jesus Serras, informou que dará conhecimento do mesmo aos serviços respectivos para que se possa resolver.

Relativamente ao problema referido pelo vogal César Estrela referiu que a situação apresentada é realmente perigosa mas a estrada referida está contemplada no PRN 2000, pelo que é considerada pela Câmara uma estrada nacional, na qual a Câmara não pode proceder a intervenções, no entanto, e pontualmente, têm sido efectuadas algumas intervenções em alguns buracos e no referido declive para minorar o perigo para quem ali circula. No entanto, este é um assunto que está envolvido na polémica sobre se esta estrada está ou não incluída nas estradas da responsabilidade das Estradas de Portugal, que é o entendimento da Câmara uma vez que a mesma se encontra inscrita no PRN 2000 e é um assunto que se está a tentar resolver.

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para informar que, relativamente à questão colocada pelo vogal César Estrela sobre o Sistema Municipal de Segurança Alimentar, no apoio que o GEMA vem prestando ao tecido empresarial do Concelho de Mação, foi-se percebendo que um dos problemas era a dificuldade dos pequenos promotores económicos em cumprirem a legislação que lhes está imposta, pois qualquer pequeno café tem de possuir um sistema de HACCP e muitos deles não tinham e por isso tinham muitos problemas com a ASAE e os custos que eram pedidos para a implementação do referido sistema eram, na maioria das vezes inoportáveis para os pequenos proprietários destes estabelecimentos. Mais informou que o trabalho da Câmara neste âmbito começou pelos lagares de azeite, e na última campanha a maior parte dos lagares do Concelho já laborou cumprindo todos os pressupostos legais que lhes são exigidos em termos de Segurança Alimentar. O trabalho desenvolvido começa, normalmente por uma visita diagnóstico aos estabelecimentos para verificação do que é que o mesmo tem e do que precisa para cumprir a legislação e seguidamente o grupo de pessoas que está a trabalhar nesta área tenta, em colaboração com os outros serviços da Câmara, ajudar nas necessidades verificadas, nomeadamente no caso dos lagares foram elaboradas plantas, projectos de segurança, etc. Neste momento está a

proceder-se da mesma forma em relação às Associações do Concelho e nas que têm bares a funcionar e o apoio inicial foi feito através da elaboração das plantas dos edificadros no sentido de se fazer os projectos de segurança para os mesmos. Informou ainda que o trabalho que vai ser iniciado seguidamente será junto dos pequenos comerciantes do ramo alimentar.

Mais informa que, este é um sistema único no País, com esta abrangência, em que, se o comerciante entender que este sistema é do seu interesse, o Município apoia gratuitamente nos procedimentos para que seja cumprida a legislação na área da Segurança Alimentar e, neste momento, estão referenciados com interesse em trabalhar com o Sistema Municipal cerca de 200 estabelecimentos em que esta equipa vai, numa primeira fase o levantamento das necessidades e depois o acompanhamento do promotor na necessidade de pequenas intervenções necessárias para respeitar a legislação e acompanhamento ao longo do tempo do sistema de segurança alimentar.

--- O vogal César Estrela questiona sobre qual é o grau de responsabilidade da equipa de trabalho referida no caso de alguma coisa não estiver bem, se o promotor abandonar o Sistema, quem será responsável, se o promotor, se o Município.

--- O Sr. Vereador António Louro informa que, perante a ASAE, o responsável é sempre o proprietário do estabelecimento, sendo que é sempre uma situação delicada e o esforço da Câmara é para que não haja falhas dentro do que se está a fazer pois está a ser seguido o que a legislação obriga para esta área e os estabelecimentos que têm sido acompanhados não tiveram qualquer problema com a ASAE pois estavam a cumprir os requisitos que a lei obriga.

Relativamente ao abastecimento de água, desde o princípio do ano de 2010 que o mesmo passou, em grande parte, para as Águas do Centro. Refere que não é fácil, em tão pouco tempo, tomar conta de uma estrutura tão complexa como a que existe no nosso Concelho, relativamente ao abastecimento de água e verificaram-se alguns problemas inicialmente pois tiveram a necessidade de contratar pessoal que tem andado a ser acompanhado pelo pessoal da Câmara e, na prática, ainda não se sentiu a alteração pois, apesar da responsabilidade ser já das Águas do Centro, o pessoal ainda se encontra numa fase de aprendizagem e conhecimento do sistema e dos seus reais problemas. Relativamente ao plano de investimentos, a Câmara teve uma reunião com os responsáveis das Águas do Centro em que foi feita essa solicitação pois é premente para nós sabermos quando é que, efectivamente, vamos ver obra no terreno e quais serão as obras prioritárias a realizar. A Câmara foi informada de que estão a ser

elaboradas as candidaturas para estas obras e que em breve fará chegar essa informação, pelo que a Câmara está a aguardar e logo que a mesma seja entregue, será disponibilizada. Sobre a facturação e aumento do preço da água, informou que essa foi uma discussão que ainda há pouco tempo teve lugar em reunião de Câmara e o que o executivo gostaria era de só mexer nas tarifas quando fosse possível garantir a 100% a qualidade da água a todos os munícipes do Concelho mas isso não é possível pois a partir do dia 1 de Janeiro de 2010 a água que está a ser consumida está a ser facturada à Câmara pelos valores que estão acordados e seria completamente impossível para a Câmara suportar o custo da água a 0,57€ e a vendê-la aos munícipes a 0,30€. No entanto, a Câmara entendeu que havia necessidade de haver um período de divulgação pública e de alerta público que vai verificar-se e o aumento só se fará sentir aos consumidores para os consumos efectuados a partir do dia 1 de Março de 2010. Entretanto está a ser preparado um conjunto de informação a distribuir pela população no sentido de alertar as pessoas para o facto de que os preços vão aumentar a partir do mês de Março.

--- Seguidamente foi apresentada pela Sr^a Presidente da Mesa a seguinte Moção:

“ A Assembleia Municipal de Mação, reunida em sessão ordinária a 22 de Fevereiro de 2010, manifesta o seu mais profundo pesar para com os familiares das vítimas dos trágicos acontecimentos ocorridos no passado fim-de-semana na Região Autónoma da Madeira. Formula ainda votos para que a reconstrução das zonas destruídas se torne possível no mais curto espaço de tempo. Neste sentido propõe-se ainda o envio desta Moção aos Srs. Presidentes da Câmara do Funchal e da Ribeira Brava, regiões mais afectadas, bem como ao Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira.”

A admissão da Moção foi aprovada por unanimidade e colocada à votação foi a referida Moção também aprovada por unanimidade.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, a Sr^a Presidente da Mesa da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**

Seguidamente a Sr^a. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação do projecto de Regulamento de Urbanização e de Edificação do Município de Mação**

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informou que o objectivo principal deste Regulamento foi adaptar a legislação municipal à legislação nacional e nessa perspectiva foi elaborado este documento que já foi presente, discutido e aprovado em reunião de Câmara e posteriormente foi colocado em discussão pública, não tendo merecido qualquer reparo e por isso é hoje presente nesta Assembleia, órgão competente para aprovar o mesmo.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que estamos perante um documento importante para os munícipes pois os mesmos devem saber como agir quando pretendem levar a efeito uma obra. Refere ainda que este documento deveria ter ido mais longe, nomeadamente no aspecto das acessibilidades e das cores das edificações, considerando que, com certeza, existe legislação específica para esses aspectos mas que seria bom que toda a informação necessária estivesse disponível num só documento para facilitar a vida aos munícipes.

Colocado à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com onze abstenções. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Em seguida, a Sr^a. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação da proposta de alteração aos Estatutos da A-Logos**

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informou que a proposta de alteração dos Estatutos da A-Logos, aprovada pela Direcção da A-Logos da qual, a Câmara de Mação faz parte pela Assembleia Geral da referida Associação e teve como objectivo adequar os mesmos à realidade actual pois os mesmos encontravam-se desactualizados e, também para que seja regularizada a situação do direito de superfície relativo ao espaço onde está a o edifício sede, do qual serão usufrutuários, na proporção do investimento, os associados fundadores, sendo esta a alteração mais importante para o Município de Mação pois o mesmo fez um investimento considerável naquele edifício, que é importante salvaguardar.

--- Colocado à votação, o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Em seguida a Sr^a. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de Contracção de Empréstimo, a longo prazo,**

até ao valor de 2.500.000€ destinado a financiamento de obras no âmbito do QREN e de obras na Rede Viária Municipal

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informou que a Câmara Municipal de Mação solicita autorização à Assembleia Municipal para contrair este empréstimo pois dada a situação económica do País, atendendo ao que se prevê que venha a acontecer, nomeadamente no combate ao deficit público, que se prevê que venha a ser uma realidade a curto prazo, o executivo municipal tem receio de que as Câmaras venham a ter mais dificuldades de acesso aos créditos pelo que considera ser agora uma boa altura para proceder a esta operação uma vez que estamos no inicio de um Quadro Comunitário de Apoio (QREN), com obras do mesmo a avançar, nomeadamente a Zona Industrial de Cardigos, que está em processo de adjudicação e também porque se verificam problemas complicados em algumas zonas do Concelho no que concerne à rede viária que é necessário resolver. Refere ainda que, desde 2003, a Câmara de Mação não contrai qualquer empréstimo e a capacidade de endividamento da mesma situa-se na casa dos nove milhões de euros, pelo que existem neste momento algumas razões que o executivo considera substanciais para permitir a solicitação de autorização para a contracção deste empréstimo. Mais informa que a proposta apresentada pelo BES parece bastante razoável, apresentando um spread de 2% o que se considera um valor muito razoável e por isso considera que estão reunidas condições para esta operação ser efectuada.

Refere ainda que tem, para disponibilizar a quem o solicite, o mapa dos empréstimos da Câmara Municipal de Mação para que tenham conhecimento da realidade actual dos empréstimos desta Câmara.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares intervém para solicitar informação sobre a finalidade do empréstimo, sobre quantos empréstimos activos tem a Câmara neste momento, e quais são os investimentos que vão ser feitos com este dinheiro pois a lei diz que os mesmos devem ser discriminados. Considera que deveria ter sido disponibilizado um documento com informação detalhada sobre onde vai ser investido o valor do empréstimo pois a lei diz claramente que os empréstimos a médio e longo prazo devem ser para obras de cariz social ou cultural e por isso considera fundamental que a Câmara esclareça sobre quais são essas obras.

--- O Sr. Presidente informa que o empréstimo é contractualizado até ao montante referido, o que não quer dizer que venha a ser utilizado na totalidade.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informa que as obras às quais o empréstimo em causa se destina são obras que têm a ver com o QREN e com a Rede Viária Municipal e é nesse âmbito que o mesmo vai ser contratado e utilizado. Mais informa que este empréstimo terá de ser sancionado pelo Tribunal de Contas, condição fundamental para a possibilidade de efectuar esta operação e nesta perspectiva não há qualquer razão para o vogal Abílio Farinha Tavares estar a sugerir que o executivo municipal esteja, eventualmente, a não fornecer toda a informação. Os investimentos previstos são os que estão já contractualizados no âmbito do QREN e outros que venham a acontecer durante o tempo de vigência do contrato deste empréstimo, nomeadamente a Zona Industrial de Cardigos, o Pavilhão Multiusos, Requalificação Urbana, Museu, alguns já contractualizados e outros a contactualizar.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares considera que as obras deveriam ser mais específicas e serem apresentadas em documento devidamente detalhado sobre o assunto. Refere ainda que, enquanto membro desta Assembleia deveria ter tido acesso ao mapa dos empréstimos da Câmara pois não tem conhecimento dos mesmos e consequentemente da situação financeira da Câmara.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informa que o mapa dos empréstimos está disponível para ser consultado e que, para além disso, todos os empréstimos contactualizados pela Câmara foram aprovados anteriormente pela Assembleia Municipal, pelo que são do conhecimento público. Mais refere que, se o executivo está a submeter a cantractualização deste empréstimo é porque a Câmara tem condições para fazer face ao mesmo não houve qualquer intenção de esconder qualquer informação e nesse sentido tem, para disponibilizar, a informação sobre os empréstimos anteriores.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares refere que, pessoalmente, considera não foi dada informação suficiente para poder autorizar este empréstimo, nomeadamente em relação ao prazo do mesmo, questiona se não há um prazo limite para este empréstimo a longo prazo.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela refere que o prazo são vinte e cinco anos, como é referido no documento referente a este empréstimo que foi entregue a todos os membros da Assembleia, e este prazo é mencionado pela Lei das Finanças Locais para os empréstimos a longo prazo.

--- O Sr. Vereador Nuno Neto intervém para referir que, relativamente ao mapa de empréstimos da Câmara, que foi disponibilizado, quando solicitado pelos Vereadores do PS, está desactualizado pelo que considera que esta informação deveria ter sido

actualizada. Mais refere que a Lei das Finanças Locais refere que deve ser disponibilizado um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento da Câmara, o que não foi feito, pelo que considera ter havido uma falha por parte da Câmara neste processo.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares refere ainda que a mesma Lei menciona ainda: “ os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respectivo contrato” e considera que isso não se verifica.

--- O vogal Manuel Dias intervém para referir que algumas das dúvidas que tinha já foram esclarecidas em resposta a questões levantadas pelos vogais que intervieram anteriormente. Considera que a Câmara, com este empréstimo, está a tomar uma medida preventiva pois o spread está, neste momento, num valor razoável e prevê-se que vá aumentar. O que está a ser solicitado pela Câmara não é autorização para contrair um empréstimo de 2.500.000,00 € mas sim de contrair um empréstimo até esse valor, o que é diferente. Refere que poderia, efectivamente, ter sido enunciadas algumas obras a que o empréstimo se destina, mas é claro que as mesmas serão no âmbito do QREN e para a Rede Viária Municipal e já foram aqui enunciadas várias dessas obras, pelo que considera ter sido dada a informação necessária. Considera muito oportuno este empréstimo, demonstrando uma atitude de antecipação relativamente ao valor do spread, que se prevê que vá começar a aumentar. Mais refere que é importante também referir o esforço desta Câmara, que para além de não contrair qualquer empréstimo desde 2003, tem vindo a diminuir o endividamento da mesma, e esse facto tem sido constante nos últimos anos.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares refere que a Lei permite aos municípios contrair empréstimos a longo prazo para liquidar dívidas, o que se verifica muitas vezes quando se faz obras e não há dinheiro para suportar as mesmas e neste caso surge a questão se este empréstimo será para pagar a dívida pois não há informação detalhada sobre para que é este montante.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela intervém para referir que o vogal Abílio Farinha Tavares pode ter razão em relação em algumas questões apresentadas, o executivo pode assumir que não disponibilizou antes o mapa dos empréstimos ou outro documento mas estar a querer insinuar que o executivo está a tentar esconder as obras em concreto para querer sanear dívida ou querer fazer algum pagamento de obra já feita, não é justo, não é correcto e não é isso que vai acontecer. A Câmara não tem

ainda nenhuma obra do QREN a decorrer e, portanto, o vogal Abílio Farinha Tavares não pode afirmar que um empréstimo que a Câmara submete à Assembleia Municipal para aprovação e submete a visto do Tribunal de Contas, onde supostamente é para obras do QREN, vai ser utilizado para pagar dívida antiga, o que seria violar a lei duas vezes, pelo que não lhe fica muito bem esta insinuação. Mais refere que as outras obras que dizem respeito à Rede Viária Municipal, serão acompanhadas e fiscalizadas pela Assembleia Municipal. Refere ainda que a Câmara tem contractualizadas algumas obras no âmbito do QREN mas há algumas obras que estão nas intenções do executivo mas sobre as quais não há ainda a garantia de que vão ser concretizadas pois o QREN está a abrir concursos trimestralmente e a Câmara irá estar atenta para tentar contractualizar algumas obras em cada um desses concursos. Mais informa que, no âmbito do Orçamento de Estado, recentemente aprovado, os empréstimos para financiamento de obras do QREN não contam para o endividamento das Câmaras, o que é mais um dado importante para esta Assembleia.

--- O ponto 4) da Ordem da Trabalhos foi colocado à votação pela Sr.^a Presidente da Mesa, tendo sido aprovado por maioria, com onze votos contra.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Em seguida a Sr.^a Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: 5) **Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios**

--- Foram entregues na Mesa duas propostas, tendo sido a primeira a ser entregue a da bancada do Partido Socialista e por isso foi denominada “ A “, e sendo na mesma apresentada a proposta de ser representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, Fernanda Maria Pedro Lourenço, Presidente da junta de Freguesia de Aboboreira e como suplente, Valter Filipe Serras Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Penhascoso.

A segunda proposta a ser entregue na Mesa foi a da bancada do Partido Social Democrata e por isso denominada “ B “ e apresentando como proposta para representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, Nuno Gonçalo S. Bragança, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro.

Procedeu-se seguidamente à votação por escrutínio secreto, tendo-se verificado que foram expressos validamente vinte e três votos, tendo sido expressos doze votos na proposta “ B “ e onze votos na proposta “ A “, sendo assim eleito para representante das

Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o vogal Nuno Gonçalo Bragança, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro.

--- Em seguida foi colocado à votação o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil**

--- Foram entregues na Mesa duas propostas, tendo sido a primeira a ser entregue a da bancada do Partido Social Democrata e por isso foi denominada “ A “, e sendo na mesma apresentada a proposta de ser representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil, João Manuel Rosa Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga.

A segunda proposta a ser entregue na Mesa foi a da bancada do Partido Socialista e por isso denominada “ B “ e apresentando como proposta para representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil, Valter Filipe Serras Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Penhascoso e como suplente, Fernanda Maria Pedro Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Aboboreira.

Procedeu-se seguidamente à votação por escrutínio secreto, tendo-se verificado que foram expressos validamente vinte e três votos, tendo sido expressos doze votos na proposta “ A “ e onze votos na proposta “ B “, sendo assim eleito para representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o vogal João Manuel Rosa Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga.

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- Presente nesta sessão, o Sr. Armando Tomé, residente em Amêndoa, que solicita reparação da rua que vai da Igreja daquela povoação até ao cemitério da mesma e que se encontra danificada há vários anos.

--- O Sr. Vereador António Louro informa que a zona da referida rua que se encontra danificada corresponde à intervenção que foi efectuada naquele local por um privado que danificou a rua com a obra que efectuou e por isso a responsabilidade da reparação é do referido privado. Mais informa que o mesmo já solicitou à Câmara que realizasse a reparação necessária mas a Câmara considera que deverá ser o referido privado o responsável pela reparação necessária pois o mesmo danificou a via com a obra de construção de uma edificação naquele local.

--- Presente na reunião, o Dr. José António Almeida, Director do Agrupamento de Escolas “ Verde Horizonte “, de Mação que solicitou que fosse realizada uma sessão ordinária desta Assembleia na Escola sede do referido Agrupamento pois a Direcção do mesmo gostaria que os jovens do Concelho de Mação sejam jovens socialmente

participativos e activos e o conhecimento do funcionamento de uma sessão desta Assembleia, bem como a discussão dos assuntos nela tratados será, com certeza, importante para o desenvolvimento destes jovens. Solicitou ainda que, posteriormente a Sr.^a Presidente da Assembleia pudesse presidir a uma simulação de uma sessão em que os membros da mesma seriam os alunos.

--- A Sr.^a Presidente informa que está receptiva ao solicitado pelo Sr. Director do Agrupamento de Escolas e considera que os membros desta Assembleia estará, seguramente, receptiva à realização de uma sessão na Escola sede, conforme solicitado. Quanto a presidir uma simulação participada pelos jovens, a Sr.^a Presidente afirmou estar também disponível para essa realização.

--- E nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----